

ENCARTE D

GLOSSÁRIO TÉCNICO

ACEITE: ato formal, emitido pelo **GESTOR DO CONTRATO**, que atesta a conformidade dos **PRODUTOS** entregues pela **CONTRATADA** ao detalhamento contido neste **PROJETO BÁSICO**.

ANTAQ: Agência Nacional de Transportes Aquaviários, criada pela Lei nº 10.233/2001.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA: é a autoridade portuária instituída pela Lei Estadual n.º 17.895/2014, Decreto n.º 11.562/2014. Atualmente, é responsável pela gestão os Portos Organizados paranaenses por meio do Convênio de Delegação n.º 037/2001, entre o Estado do Paraná e a União, prorrogado por 25 anos em 05 de maio de 2020. Também é denominada Portos do Paraná.

ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA: é a administração do porto organizado, nos termos do art. 17, § 1º da Lei nº 12.815/2013.

CENTRO DE AUXÍLIOS À NAVEGAÇÃO ALMIRANTE MORAES REGO (CAMR): O CAMR foi criado pelo Decreto nº 56.565, de 9 de julho de 1965, e sua organização regida pelo Regulamento aprovado pela Portaria nº 50, de 16 de março de 2015, da DHN. O CAMR é subordinado à Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) e exerce as atribuições de contribuir para o apoio à aplicação do Poder Naval e para a garantia da qualidade das atividades de segurança da navegação por meio das atividades de auxílios à navegação que lhe couberem, na área marítima de interesse do Brasil e nas vias navegáveis interiores.

CONCESSÃO: cessão onerosa do porto organizado, com vistas à administração e à exploração de sua infraestrutura por prazo determinado, nos termos da Lei nº 12.815/2013 e demais atos normativos aplicáveis.

CONTRATADA: empresa contratada para a execução dos **SERVIÇOS NECESSÁRIOS**.

CONTRATO: contrato de prestação dos **SERVIÇOS NECESSÁRIOS**.

COORDENADORES: são os profissionais referidos no subitem “b” do item 4.9 que serão responsáveis pela coordenação dos **SERVIÇOS NECESSÁRIOS** e supervisão técnica das equipes da **CONTRATADA**, nos respectivos segmentos técnicos.

CPPI: é o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos, criado pela Lei nº 13.334/2016, que passou a exercer as atribuições do CND - Conselho Nacional de Desestatização, órgão superior de decisão do Programa Nacional de Desestatização – PND a que se refere o art. 5º da Lei nº 9.491/1997.

DESESTATIZAÇÃO: venda de ativos públicos ou concessão, entendida nos termos da Lei nº 12.815/2013 como cessão onerosa do porto organizado, com vistas à administração e à

exploração de sua infraestrutura por prazo determinado.

DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO (DHN): Criada pelo Decreto Imperial nº 6.113, de 2 de fevereiro de 1876. Seu presente regulamento foi aprovado pela Portaria nº 18 de 10 de dezembro de 2020 da Diretoria Geral de Navegação (DGN). A Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) é um órgão do Comando da Marinha do Brasil (MB) e possui como Organizações Militares (OM) subordinadas o Grupamento de Navios Hidroceanográficos (GNHo), o Centro de Hidrografia da Marinha (CHM), o Centro de Auxílios à Navegação Almirante Moraes Rego (CAMR), a Base de Hidrografia da Marinha em Niterói (BHMN) e o Centro de Instrução e Adestramento Almirante Radler de Aquino (CIAARA)

ETAPA(S): são as etapas em que foram segmentadas as entregas de **PRODUTOS** e a execução dos **SERVIÇOS TÉCNICOS**, nos termos da **TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA**, cuja conclusão enseja a realização de pagamentos em favor da **CONTRATADA**.

FUSÕES E AQUISIÇÕES: são as operações de fusão, aquisição, ofertas públicas de aquisição de ações ou reestruturações societárias, que tenham resultado em troca de titularidade de ações ou aporte de capital.

GESTOR DO CONTRATO: é o empregado da **EPL** formalmente encarregado do acompanhamento, fiscalização e execução de diligências relativas ao **CONTRATO**;

IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

LICITANTE: cada uma das entidades participantes deste procedimento licitatório.

MINFRA: Ministério da Infraestrutura, ente da administração pública direta, cujas competências estão estabelecidas no art. 35 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.

NÍVEL DE SERVIÇO IDEAL: critérios operacionais, baseados nas melhores práticas internacionais e condizentes com uma operação eficiente, definidos por métricas objetivas sobre a operação da infraestrutura e da superestrutura na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** pelo **PORTO**. Os critérios operacionais e as respectivas métricas devem considerar a capacidade de armazenagem, os tempos de atracação, o nível de serviço dos berços, os tempos de movimentação em pátio, os tempos médios de estadia, dentre outros. Adicionalmente, o **NÍVEL DE SERVIÇO IDEAL** deve ser compatível com a demanda projetada pelos instrumentos de planejamento setoriais coerentes com o investimento projetado na Avaliação técnico-operacional.

PDZ: é o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário, instrumento de planejamento operacional da **AUTORIDADE PORTUÁRIA**, que compatibiliza as políticas de desenvolvimento urbano dos municípios, do estado e da região onde se localiza o porto, visando, no horizonte temporal, o estabelecimento de ações e de metas para a expansão racional e a otimização do uso de áreas e instalações do porto, com aderência ao Plano Nacional de Logística Portuária -

PNLP e respectivo **PLANO MESTRE**.

PLANO MESTRE: instrumento de planejamento de Estado voltado à unidade portuária, considerando as perspectivas do planejamento estratégico do setor portuário nacional constante do Plano Nacional de Logística Portuária - **PNLP**, que visa direcionar as ações, as melhorias e os investimentos de curto, médio e longo prazo no porto e em seus acessos.

PND: Programa Nacional de Desestatização, criado pela Lei nº 9.491/1997.

PNLI: Plano Nacional de Logística Integrada, desenvolvido ou em desenvolvimento pela Empresa de Planejamento e Logística (EPL), que tem como objetivo identificar e analisar as alternativas para otimizar a movimentação de cargas utilizando as ferrovias, a cabotagem e as hidrovias, como sistemas de alta capacidade, integrados à malha rodoviária regional de forma sinérgica e harmônica.

PNLP: Plano Nacional de Logística Portuária, instrumento de Estado de planejamento estratégico do setor portuário nacional, que visa identificar vocações dos diversos portos, conforme o conjunto de suas respectivas áreas de influência, definindo cenários de curto, médio e longo prazo com alternativas de intervenção na infraestrutura e nos sistemas de gestão, garantindo a eficiente alocação de recursos a partir da priorização de investimentos, evitando a superposição de esforços e considerando as disposições do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (CONIT).

PODER CONCEDENTE: é a União, pessoa jurídica de direito público interno.

POLIGONAL: área do Porto Organizado de Paranaguá, conforme definida pela Portaria nº 586, de 5 de dezembro de 2019. A poligonal do Porto Organizado de Antonina foi definida pelo Decreto de 11 de fevereiro de 2016.

PORTO: Porto Organizado de Paranaguá, atualmente delegado ao Município de Paranaguá, nos termos do Convênio de Delegação nº 08/1997, composto por suas infraestruturas e superestruturas destinadas a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** portuários e atividades acessórias.

PORTO ORGANIZADO: bem público construído e aparelhado para atender a necessidades de navegação, de movimentação de passageiros ou de movimentação e armazenagem de mercadorias, e cujo tráfego e operações portuárias estejam sob jurisdição de **AUTORIDADE PORTUÁRIA**, nos termos da Lei nº 12.815/2013.

PPI: Programa de Parcerias de Investimentos – PPI, criado pela Medida Provisória nº 727, de 12 de maio de 2016, posteriormente convertida na Lei nº 13.334/2016.

PRODUTOS: são os resultados dos **SERVIÇOS NECESSÁRIOS**, a serem entregues à **EPL** sob a forma de relatórios, documentos, pareceres, atividades ou apresentações, conforme o caso, especificados neste **PROJETO BÁSICO**.

PROJETO: é o empreendimento a ser modelado a partir da realização dos **SERVIÇOS NECESSÁRIOS** com vistas à desestatização dos acessos aquaviários aos **PORTOS**.

RECEBIMENTO DEFINITIVO: é o ateste pelo **GESTOR DO CONTRATO**, da entrega de todos os **PRODUTOS** e execução de todos os **SERVIÇOS NECESSÁRIOS**, pela **CONTRATADA** definido neste **PROJETO BÁSICO**.

RECEBIMENTO PARCIAL: é o ateste pelo **GESTOR DO CONTRATO** do cumprimento pela **CONTRATADA** entrega definida neste **PROJETO BÁSICO**, exceto em relação a **SERVIÇOS** e **PRODUTOS** ainda pendentes, permitindo o pagamento dos que já tenham sido objeto de **ACEITE** pelo **GESTOR DO CONTRATO**.

RECIBO: ato formal que atesta a entrega do **PRODUTO** pela **CONTRATADA**, para posterior verificação da sua conformidade com as especificações técnicas previstas neste **PROJETO BÁSICO**.

SERVIÇOS NECESSÁRIOS: compreendem os serviços técnicos, completos e suficientes, capazes de subsidiar os estudos a serem realizados pela EPL, contemplando aspectos como coleta de dados, análise, proposição de metodologias, mensuração de valores monetários, dentre outros.

SERVIÇOS PORTUÁRIOS: correspondem à totalidade dos serviços prestados pelo **PORTO**, incluindo - mas não se limitando - à função de **ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA** e à gestão, expansão, manutenção, administração e exploração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

TCU: é o Tribunal de Contas da União, órgão de controle e fiscalização de processos de desestatização dos **SERVIÇOS PORTUÁRIOS**, entre outros.